

Dinheiro.

Casagrande negocia com Mantega

O governador Renato Casagrande estará em Brasília hoje para poder discutir royalties e mudanças no ICMS com o governo federal.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

BATALHA DOS ROYALTIES

GUERRA PERDIDA ESTADO DEIXARÁ DE GANHAR R\$ 11 BI ATÉ 2020

Espírito Santo sofre derrota histórica em votação no Congresso

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite, na íntegra e sem emendas, o projeto de lei do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que redistribui as receitas da exploração do petróleo e traz perdas bilionárias ao Espírito Santo e aos seus municípios.

O projeto, aprovado por 286 votos favoráveis e 124 contrários, retira R\$ 11,1 bilhões do Espírito Santo até 2020. Dessa forma, o Estado e seus 78 municípios, que receberiam R\$ 23,6 bilhões em royalties e participações especiais até 2020, ficarão com R\$ 12,5 bilhões neste mesmo período. Só no ano que vem, o Espírito Santo deixaria de receber R\$ 1,2 bilhão, diferença entre o que Estado e municípios arrecadariam com as regras atuais – R\$ 3 bilhões – e o que arrecadará se o projeto seja sancionado –



AGÊNCIA CÂMARA

Em votação tumultuada, deputados fizeram manobra e prejudicaram o Estado

R\$ 1,8 bilhão.

O rombo maior terá de ser assumido pelos prefeitos. Os municípios, que hoje têm 26,25% dos recursos, terão uma redução para 17% em 2013 e chegarão a 2020 com apenas

4%. Já os chamados municípios afetados com embarque e desembarque de petróleo cairão dos atuais 8,75% para 3% já no ano que vem e, em 2020, ficarão com 2%. O percentual dos Estados produtores,

que hoje é de 26,25%, cai, em 2013, para 20% e fica neste patamar.

MANOBRA

Foi um dia de longas negociações, mas numa reviravolta que surpreendeu o

Rio de Janeiro e o Espírito Santo – principais Estados produtores e prejudicados –, deputados gaúchos e do Nordeste derrubaram o substitutivo do deputado Carlos Zarattini.

Era esse texto do relator que garantia, por meio de acordo com a bancada capixaba, a manutenção, ano a ano até 2023, da arrecadação do governo estadual e das prefeituras capixabas – R\$ 1,8 bilhão. Essa forma de compensação, portanto, caiu por terra – e a tumultuada e longa novela do rateio dos royalties e participação especial não tem fim previsto no Congresso.

A matéria agora vai para as mãos da presidente Dilma Rousseff (PT), que tem até 60 dias para sancionar ou vetar o texto.

REVOLTA

O governador Renato Casagrande se mostrou indignado com a decisão tomada pelos parlamen-

tares. Para ele, Espírito Santo e Rio de Janeiro tiveram seus direitos ofendidos no Congresso. “Os deputados assumiram uma posição truculenta que desrespeita totalmente a legalidade. Nossos direitos foram completamente ofendidos nesta noite de terça-feira”.

O objetivo agora é garantir o veto da presidente Dilma. “Ela sempre disse que não aceitaria quebra de contrato, o que está posto quebra contrato. Esperamos que ela cumpra a palavra e veto o que foi aprovado pelo Congresso”.

Em caso de veto, o projeto volta à Câmara e os deputados apreciam a decisão da presidente, podem mantê-la ou não. Esse trâmite todo pode fazer com que algo de concreto só saia no ano que vem, enquanto isso, o modelo atual de pagamento de royalties e participação especial segue como está.

Rio e Espírito Santo pedem veto a Dilma

Com a manobra que levou para o lixo o trabalho de oito meses do deputado Carlos Zarattini, deputados do Rio e do Espírito Santo apostam no veto da presidente Dilma ao texto do senador Vital do Rêgo. Se o veto ocorrer, a discussão dos royalties voltará à estaca zero.

“O projeto de Vital é tão desarrumado e tão mais frá-

gil que facilita o veto e a vitória na Justiça”, disse o deputado Leonardo Picciani (RJ). Coordenadora da bancada capixaba, Rose de Freitas lembra que, se Dilma vetar o projeto de Vital, continuará vigorando a regra da lei do petróleo de 1997, com a sistemática atual.

Após muitas idas e vindas, o líder do governo, Ar-

lindo Chinaglia, desistiu ontem de apresentar uma proposta alternativa ao de Zarattini e ao de deputados de Estados não produtores que praticamente resgatavam a emenda Ibsen – vetada pelo ex-presidente Lula e que provoca um rombo ao não distinguir entes produtores de não produtores.

Foram 286 votos a favor

da votação do projeto de Vital e 124 contra – todos os deputados capixabas e fluminenses votaram contra. Primeiro, o presidente Marco Maia pôs em votação e foi aprovado o pedido de urgência para votar o texto de Zarattini, que chegou a ler o relatório em plenário. Só que a bancada do DEM, liderada por Onyx Lorenzoni

(RS), fez um requerimento de preferência para votar antes o texto original de Vital, e não o substitutivo de Zarattini. O DEM venceu apertado por apenas nove votos: 220 a 211.

Enquanto o governo “cochilava”, os não produtores articularam a manobra durante o dia e fizeram Dilma perder também, no relatório de Zarattini, a aplicação de 100% na Educação dos royalties do fundo especial

das novas licitações de blocos. “Precisamos deter a votação. O projeto de Vital não mantém o dinheiro da Educação e não respeita contratos”, reclamou o líder do governo, Arlindo Chinaglia.

Agora, outra questão ainda fica indefinida: a não violação de contratos já em vigor, reivindicada por Rio, Espírito Santo e governo federal. O projeto de Vital mexe na distribuição de receitas de áreas já licitadas.

BATALHA DOS ROYALTIES

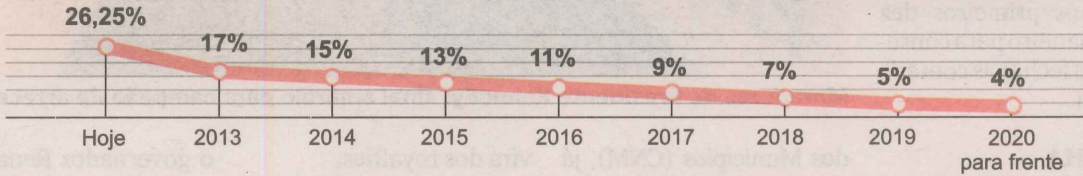
DERROTA HISTÓRICA

Veja como ficará a nova distribuição de royalties

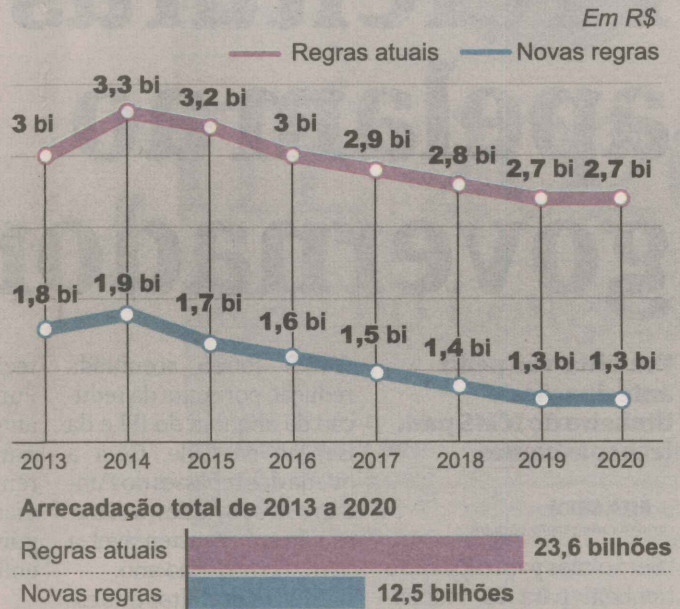


	Royalties			Participação especial		
	Atual	Em 2013	A partir de 2020	Atual	Em 2013	A partir de 2020
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
União	30%	20%	20%	50%	42%	46%
Estados produtores	26,25%	20%	20%	40%	34%	20%
Municípios produtores	26,25%	17%	4%	10%	5%	4%
Municípios afetados	8,75%	3%	2%	0	0	0
Fundo especial (beneficia Estados e municípios não produtores)	8,75%	40%	54%	0	19%	30%

ALÍQUOTA DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES



COMO FICA A ARRECADAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Estado vai brigar na Justiça

Governador disse que aguardará decisão de Dilma e depois vai recorrer ao Supremo

ABDO FILHO
RONDINELLI TOMAZELLI

“Os advogados do Estado estão prontinhos para entrar com ação no Supremo Tribunal Federal assim que for necessário”. Foi o que disse na noite de ontem, logo após a Câmara dos Deputados aprovar a nova divisão dos royalties do petróleo, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Ele garante que o Estado irá até as últimas consequências atrás do que

acha que lhe é de direito.

“Nossa expectativa é de que a presidente Dilma veto o que foi definido pelo Congresso. Confirmada nossa expectativa, a Câmara deve derrubar um dos vetos, ou do presidente Lula ou este que esperamos da Dilma”. Casagrande lembra que no final de 2010, o Congresso aprovou uma nova distribuição dos royalties do petróleo, conhecida como Emenda Ibsen. A proposta, por quebrar contratos, foi vetada pelo então presidente Lula. O veto até hoje aguarda ser apreciado, o que pode acontecer a qualquer momento.

Caso qualquer desses vetos seja derrubado pela Câmara, o Espírito Santo entrará imediatamente com uma ação de inconstitucionalidade no STF “Caso derrubem, seja qual for o veto, vamos imediatamente ao Supremo. Não iremos entregar os pontos de jeito nenhum”, garante Casagrande.

LAMENTOS

A bancada capixaba, após um dia inteiro de articulações puxadas pela coordenadora Rose de Freitas, lamentou o resultado em plenário e aposta no veto de Dilma.

Para Rose, o lado bom é

Zarattini acusa confederação

“O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), que teve seu relatório rejeitado, disse que a Confederação Nacional dos Municípios distribuiu uma tabela falsa, mostrando que haveria receita maior para municípios não produtores, pelo projeto do Vital do Rêgo.”

que a presidente deve “vetar tudo” e a discussão recomeça. A deputada faz ainda o alerta de que, se Dilma vetar o texto do Vital, os não produtores vão querer derrubar o veto à Emenda Ibsen, que está entre os primeiros da lista do Congresso.

“Foi um resultado demagógico e desagregador. A pulverização de recursos do petróleo não vai ajudar ninguém. Perdemos a chance de fazer uma revolução na Educação”, avaliou Iriny Lopes.

César Colnago fez coro: “Foi uma decisão absurda, feriu princípios constitucionais e federativos. Es-

pero que o governo do PT, que criou esse novo marco, resolva a questão”.

Audifax Barcelos reiterou a confiança no veto da presidente. “Os demais Estados nada ganham com esse equívoco. A presidente não vai quebrar dois Estados. Voltamos à estaca zero”.

PLANALTO

O governo avaliou inicialmente que deverá vetar o texto. A análise do Planalto aponta inconsistência jurídica. As contas do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), por exemplo, apontam erros flagrantes, como a distribuição de 101% dos royalties.

O QUE DÁ PARA FAZER COM R\$ 11 BILHÕES (PERDA ESTIMADA DOS ROYALTIES NO ESTADO)



150.000 Km de redes de esgoto



Comprar 480.000 carros populares



Pagar 23.529.400 salários mínimos



Comprar 170.000 ambulâncias equipadas



Reformar quase 40 vezes o Aeroporto de Vitória

A Gazeta - Ed. de arte - Genildo

REPERCUSSÕES

“Nossa expectativa é de que a presidente Dilma veto o que foi definido pelo Congresso”.

RENATO CASAGRANDE. GOVERNADOR DO ES



“É uma derrota por aquilo que o governo fez, um acordo político com o Rio. O Brasil venceu o acordo de Dilma com o governador Sérgio Cabral”.

ONYX LORENZONI DEPUTADO FED. (DEM) que derrubou versão de Zarattini

“Foi um atraso, um processo de divisão do país, porque vai acirrar as relações. Alguns partidos mudaram de opinião a partir de uma tabela equivocada”.

CARLOS ZARATTINI DEPUTADO FEDERAL

“Que possamos evitar a judicialização, que será prejudicial a todos. É muito difícil um assunto dessa envergadura ser decidido rapidamente no Judiciário”.

IDELI SALVATTI MINISTRA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS